

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE URUAÇU

GLEIZIELE LEITE DE MORAIS

**RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E  
FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL VILANIR: O MAGISTÉRIO E O  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**

URUAÇU-GO

2017

GLEIZIELE LEITE DE MORAIS

**RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E  
FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL VILANIR: O MAGISTÉRIO E O  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia, pela Universidade Estadual de Goiás, orientada pelo Prof<sup>o</sup>. Me. Neilson Silva Mendes.

URUAÇU-GO

2017

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – CAMPUS UNIVERSÁRIO DE  
URUAÇU

FOLHA DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

**RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E  
FUNDAMENTAL NA ESCOLA MUNICIPAL VILANIR: O MAGISTÉRIO E O  
ENFRENTAMENTO DO RACISMO E DISCRIMINAÇÃO NA ESCOLA**

GLEIZIELE LEITE DE MORAIS

BANCA EXAMINADORA:

---

NEILSON SILVA MENDES  
Prof.º Mestre - Orientador da Monografia

---

ERISVALDO SOUZA  
Prof.º Arguidor - Membro da Banca

---

RÚBIA ROSA GUERRA  
Prof.ª Arguidora - Membro da Banca

URUAÇU - GO  
2017

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família que muito me incentivou nessa longa caminhada rumo à graduação, em especial a meus filhos razão pela qual desenvolvi esta pesquisa.

O racismo não é natural, não é intrínseco ao ser humano, às pessoas. Aprendemos a ser racistas, a reproduzir e produzir o racismo, logo, se é assim, também podemos aprender a não ser racistas, a não produzir e a não reproduzir o racismo. TRIDANDE (2008, p. 46)

## **RESUMO**

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa realizada com os professores da Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum na cidade de Uruaçu-GO. Os docentes entrevistados trabalham na Educação Infantil e no Ensino Fundamental primeira fase. O objetivo deste trabalho foi conhecer o que pensam os professores em relação a Lei 10.639/03 e como eles trabalham as questões étnico raciais no cotidiano escolar. A pesquisa se desenvolveu através de questionário dialogado, voluntário e anônimo. A análise dos dados, foi com base em Cavalleiro (2009), Munanga (2005), entre outros. Tendo como resultado que os professores desta instituição apresenta um conhecimento muito superficial dos docentes quanto a essa temática, apontando a necessidade de investir na formação de professores para a efetivação de um ensino que vise à igualdade social.

**Palavras-chave:** Preconceito. Discriminação. Relações étnico-raciais. Docentes.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| APRESENTAÇÃO   | 7  |
| CAPÍTULO I: O contexto para o cenário do preconceito e discriminação | 9  |
| 1.1 Visões do preconceito e discriminação                            | 11 |
| 1.2 O chão da escola e a discriminação                               | 15 |
| CAPÍTULO II: A realidade encontrada                                  | 19 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS   | 26 |
| REFERÊNCIAS  | 28 |
| APÊNDICES  | 30 |
| ANEXOS   | 36 |

## APRESENTAÇÃO

A formação docente em relação às questões raciais na escola em especial sobre o preconceito e a discriminação racial contribui para uma ação favorável ao banimento de estereótipos raciais? Esta será a pergunta a ser respondida através desse trabalho, objetivando verificar a formação e concepção dos docentes em relação à discriminação e o preconceito racial no ambiente escolar.

A proposta deste trabalho surge a partir de observações realizadas durante o desenvolvimento do estágio, em particular por observar o quanto afeta a criança o fato de serem discriminadas por sua característica física ou posição social, tornando-as em crianças, indivíduos com baixa autoestima, ou seja, inseguras.

Espera-se através deste trabalho verificar a formação, e a concepção que os professores têm em relação ao preconceito e discriminação racial, se as leis de ação afirmativa estão atingindo o seu objetivo de criação, ou seja, através desses será possível verificar o desenvolvimento e os pontos positivos alcançados em relação as questões étnicas raciais nas escolas.

A escola é um espaço que se concretiza mais intensamente a socialização entre os indivíduos e conseqüentemente é nela que construímos nossos valores éticos em relação às diferenças raciais, pois nesse espaço convivem uma diversidade de culturas que se relacionam constantemente.

Sendo assim, se faz necessário um trabalho pedagógico-social de conscientização e valoração do aluno negro constante, a fim de distanciarmos cada vez mais de ideias pré-concebidas e estereotipadas do negro, onde possibilite a exclusão da visão de inferioridade que empobrece as relações pessoais.

Para que isso aconteça se faz necessário que o professor tenha formação e preparo para se trabalhar as questões étnicas em sala de aula, visando a formação de futuro cidadão responsáveis livres de preconceito, ou discriminação racial.

Nesse trabalho busco evidenciar a importância que o professor tem mediante sua prática pedagógica em relação às questões étnicas, pois sua visão em relação ao tema acrescenta muito na formação desses alunos. Busco ainda identificar qual a percepção que o professor tem em relação ao preconceito e a discriminação.

No primeiro capítulo: O contexto para o cenário do preconceito e discriminação recorreremos à uma revisão bibliográfica para compreender os conceitos de discriminação e preconceito segundo os autores: Tucci, Santos, Paré, Gomes, Trindade, Romão, Azevedo, Cavalleiro, Meyer , a Lei nº 10.639/2003, para analisar as percepções dos docentes mediante a temática que encontra-se aborda diariamente no contexto escolar.

O segundo capítulo: A realidade encontrada, foi produzido mediante pesquisa realizada na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, na cidade de Uruaçu - Goiás, com os professores regentes para conhecer sua percepção sobre a discriminação racial, fazendo uma análise com os autores citados e a Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas que ofertam a Educação Básica.

O terceiro e último capítulo será a análise desses dados coletados colocando o resultado da pesquisa e as considerações finais sobre a temática supracitada.

Enfim, o trabalho buscou por meio dos conceitos apresentados verificar se os professores tem conhecimento sobre o assunto e se tem cumprido as determinações legais, tendo consciência de que todos temos o direito de ser diferente em: cultura, raça, etnia, opiniões e dentre outros. Assim, escolhermos uma instituição pública da cidade de Uruaçu que oferta o Ensino Fundamental para verificar in loco a formação e as concepções que docentes desta escola apresenta sobre as relações étnico-racial.

## **CAPÍTULO I**

### **1 O CONTEXTO PARA O CENÁRIO DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO**

Acreditamos facilmente naquilo que vemos e duvidamos do que não vemos, sendo assim alguns indivíduos vêem a diferença de cor da pele ou o tipo de cabelo entre as raças e acreditam que elas representam profundas diferenças biológicas, segundo Azevedo (1990). Acreditam que seres sociais de raça diferente tende a ser e ter um comportamento diferente, no entanto a ciência moderna demonstra que as diferenças raciais nada interferem na espécie humana, vem dizer que se essas diferenças tivessem importância genética à reprodução entre elas não seria possível.

O verdadeiro significado científico para as diferenças de raça segundo Azevedo (1990), é que elas resultam das adaptações climáticas diferentes, sua origem genética não é diferente, essas diferenças vem da necessidade dos homens se adaptarem aos diferentes tipos de clima, ou seja em regiões mais quentes a pele produz uma quantidade de melanina maior nesses indivíduos do que naquele que habitam em regiões mais frias, e é essa melanina a responsável pela cor, onde sua função é para proteção da nossa pele, ou seja, essas diferenças dependem bastante do clima que habitamos. Sendo assim a aparência física das raças apenas contam a história geográfica de seus ancestrais que estão representadas na pele, no cabelo e no corpo, são as adaptações confessas do passado.

A discussão sobre as relações raciais na escola tem ganhado destaques constantes, principalmente a partir da implementação da Lei 10.639/2003, que alterando a LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei 9.394/96, em seus artigos 26-A e 79-B, que torna obrigatório a inclusão do ensino da cultura afro-brasileira e da África no currículo escolar e formação docente especifica para tal assunto. Mas o racismo, a discriminação e o preconceito racial são problemas que tem afetado a sociedade brasileira desde seu surgimento. A população negra é quem mais sofre com esse processo de descriminação na sociedade, pois vivemos num mundo em que valores etnocêntricos do ocidente produziu uma visão

racionalizada do povo negro. Esse processo é tão subentendido nas concepções de relações sociais que seus protagonistas não conseguem perceber tais comportamentos. De qualquer forma segundo Azevedo (1990) “o racismo, preconceito e discriminação já é condenável devido aos efeitos bloqueadores que impõe ao outro, mais destruidor ainda é o auto racismo que impede o prazer natural de ser um ser”. Ou seja, é tão impregnada essa desvalorização do negro que ele acaba por desenvolver esse sentimento, de inferioridade que muitas vezes são colocados pelas mídias, a literatura e até mesmo nos livros didáticos que traz uma mensagem racista, que acaba determinando que o belo é o branco, bonito, tem cabelos lisos, é rico entre outras características, levando ao indivíduo negro a subconscientemente concluir que o oposto dessas características não é o que se deseja ou o aceitável.

Logo o fato da pobreza do negro, que por consequência do processo social que pode o ter privado as oportunidades de ascensão, faz com que esses aspectos intrínsecos às condições subumanas de vida que a sociedade o impôs sejam associados como devidos ao de sua raça, criando-se assim estereótipos de que o negro é por si só submisso, pobre, desprovido de inteligência, marginal entre outros. Sendo assim, se faz necessário à coragem de reconhecer os erros da sociedade que herdamos a fim de corrigi-la.

Em uma sala de aula é grande a diversidade de alunos, onde cada um tem sua história, suas origens, até mesmo o professor tem a sua história de vida, e cabe a ele mediar a aprendizagem dos alunos, bem como os conflitos gerados pelas diferenças raciais e culturais. Uma vez que a escola é uma instituição que trabalha o conhecimento contextualizando a realidade vivenciada na sociedade, se faz necessário que as diferenças raciais sejam tratadas de forma pedagógica, considerando todos os potenciais existentes nesse ambiente e valorizando a cultura, os costumes e as identidades contidas nesse contexto educativo.

Segundo Cavalleiro (2006) cabe ao professor promover uma instrução que leve os alunos a entender essas diferenças desde os anos iniciais.

O reconhecimento positivo das diferenças deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré- escola um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar, que, conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas, parece ignorar essa questão.

Contudo, a educação infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos. (CAVALLEIRO, 2006, p.26).

É nos primeiros anos de vida da criança que se deve trabalhar essas diferenças étnicas, levando-as a entender que a diferença que existe entre as raças é só uma questão de estética e que essa estética não interfere no ser enquanto humano. No entanto, Cavalleiro reforça que cabe ao professor proporcionar uma educação igualitária aos alunos promovendo de fato o entendimento das diferenças étnicas possibilitando uma formação de indivíduos menos preconceituosos. Pois em muitos dos casos pode ser que essa temática não seja tratada como deve ser tratada em outro círculo de convivência no qual a criança está inserida.

A possibilidade de as crianças receberem uma educação de fato igualitária, desde os primeiros anos escolares, representa um dever dos profissionais da escola, pois as crianças dessa faixa etária ainda são desprovidas de autonomia para aceitar ou negar o aprendizado proporcionado pelo professor (...) promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas, livre de preconceitos, representa uma possibilidade real da formação de sujeitos menos preconceituosos nas novas gerações (CAVALLEIRO, 2006, p.38).

Se faz necessário que os professores tenham formação e um olhar crítico e reflexivo para lidar com as questões étnicas na escola, e ao mesmo tempo compreendendo as relações multiétnicas e plurais que incidem no âmbito educacional, combatendo o racismo e a discriminação e contribuindo para a elaboração de novas práticas pedagógicas e a superação de práticas racistas na sociedade.

## **1.1 VISÕES DO PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO**

Quando se fala em preconceito ou discriminação logo vem a ideia de que o Brasil é um país que não existe mais esse comportamento preconceituoso e discriminatório, que os indivíduos evoluíram e que essa prática é inexistente. Realmente é o que se espera, embora queiramos acreditar nessa afirmativa sabemos que muito ainda precisa ser trabalhado para que essa realidade possa ser alcançada. Para isso, precisamos saber o que é o preconceito, a discriminação e o

racismo, pois muitas vezes falamos sem mesmo sabermos de fato o que é. Partindo desse pressuposto, essa concepção se diverge em várias visões, entretanto se faz necessário conceituar essas temáticas para entender o que acontece nas salas de aula em relação à concepção do professor mediante essa temática.

Segundo Carneiro (1998, p. 6) “Discriminação racial- tratamento desfavorável dado a uma pessoa ou grupo com base em características raciais ou étnicas. ” Ou seja, impedir um indivíduo de assumir um determinado emprego ou frequentar um ambiente por suas características estéticas não atenderem aos padrões estabelecido pela sociedade é um ato de discriminação. Preconceito segundo a mesma autora trata se de:

Conceito ou opinião formados antecipadamente, sem conhecimento dos fatos. É uma ideia preconcebida e desfavorável a um grupo racial, étnico, religioso ou social. Implica aversão e ódio irracional contra outras raças, credos, religiões, etc. (CARNEIRO, 1996, p. 6).

O indivíduo faz um julgamento do outro por ideias preconcebidas que outros já o tenha passado, sem questionar ou refletir o porquê reproduz esse comportamento que em enumeras vezes vem carregado de ódio sem explicação em relação ao seu oposto.

Segundo Santos (1983, p. 10) “Racismo, é um sistema que afirma a superioridade racial de um grupo sobre outros, pregando assim o confinamento dos inferiores numa parte do país. ” Em regiões como nordeste é conhecido como uma região onde na qual seu povo é composto em sua maioria por pobres analfabetos ou semianalfabetos, fadados ao fracasso, já na região sul e sudeste estão os ditos como de poder aquisitivo mais elevados, considerados como superiores às demais regiões em vários aspectos.

Maria Luiza Tucci Carneiro vem falando que o racismo é uma doutrina que diferencia racial e culturalmente, os povos. Sendo assim ela afirma que o racismo é:

Muito mais que apenas discriminação ou preconceito racial, é uma doutrina que afirma haver relação entre características raciais e culturais e que algumas raças são, por sua natureza, superiores a outras. As principais noções teóricas do racismo moderno derivam das ideias desenvolvidas por Arthur de Gobineau. O racismo deforma o sentido científico do conceito de raça, utilizando-o para caracterizar diferenças religiosas, linguísticas e culturais. (CARNEIRO, 1996, p. 6).

É uma forma de diferenciar os seres sociais com presunção de superioridade às outras, através das características como: a cor, religião, língua e sua cultura. Mediante contexto histórico percebe-se que os negros em geral sempre receberam tratamento desigual devido às influências e concepções de indivíduos que se denominavam melhores ou superiores aos demais.

Gomes (2005, p. 45), vem dizer que as manifestações racistas no Brasil se baseiam principalmente, na aparência física, como forma de classificar, hierarquizar, atribuir qualidades ou desqualificar o negro. As piadas e os apelidos, na maioria das vezes, associam a aparência física de pessoas negras ao lugar da inferioridade. E isso vem sendo aprendido e reforçado na sociedade, meio em que o indivíduo está inserido (família, escola, círculo de amigos, relacionamentos afetivos, trabalho, etc.).

Segundo Lopes (2005, p. 185), afirma que a concepção sobre racismo está relacionada ao sentimento construído pelo indivíduo em relação àqueles que a sociedade em que ele está inserido idealiza como inferior e despossuído de qualidades ou características físicas pertencente ao modelo euro centrista.

As pessoas não herdam, geneticamente, ideias de racismo, sentimentos de preconceito e modos de exercitar a discriminação, antes os desenvolvem com seus pares, na família, no trabalho, no grupo religioso, na escola. Da mesma forma, podem aprender a ser ou tornar-se preconceituosos e discriminadores em relação a povos e nações. (LOPES, 2005, p. 185).

No entanto, o racismo é um conceito que vai sendo construído a partir das interações sociais em que o indivíduo está inserido, a escola tem papel importante desde que ela enquanto instituição, convive com uma diversidade de indivíduos que dividem um mesmo espaço.

Na visão de Gomes (2005, p. 52), racismo é resultante da aversão e ódio de indivíduos que apresenta características diferentes do que se espera como ideal.

Um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se

impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (GOMES, 2005, p. 52).

Quando uma pessoa ou grupo de indivíduos colocam suas características estéticas como superiores às outras e se impõe tal como superior e coloca essa percepção como pura verdade, a ponto de repudiar o outro por ser diferente de si, se configura racismo na visão de Gomes.

Trindade (2008, p. 38), possibilita uma reflexão acerca do racismo, onde diz, “para não o naturaliza-lo e não negar sua existência, uma vez que, ao negar sua existência fatalmente acabamos por contribuir para sua perpetuação”.

Sendo assim, quando achamos naturais os comportamentos racistas e negamos que esse comportamento seja preconceituoso e prejudicial a quem recebe a ofensa, acabamos contribuindo para que se perpetue na sociedade os mesmos comportamentos, como podemos querer acabar com o racismo e o preconceito ou a discriminação se aceitamos as brincadeiras que ditas como inofensivas denigre a a imagem do outro colocando o como inferior? Contraditório esse comportamento.

A compreensão de preconceito racial em Oliveira (2008, p. 74) é a de: “uma disposição afetiva imaginária ligada aos estereótipos étnicos, uma atitude, uma opinião que pode ser verbalizada ou não, que pode tornar-se uma crença”. Segundo o autor, o artifício imaginário está presente e ligado à construção de estereótipos, em ideias preconcebidas, preconceitos que se estagnam, a partir de expressões verbais ou em imagens construídas com base em generalizações, e não a partir de experiências reais.

Um julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia ou de uma religião ou de pessoas que ocupam outro papel social significativo. Esse julgamento prévio apresenta como característica principal a inflexibilidade, pois tende a ser mantido sem levar em conta os fatos que o contestem. Trata-se do conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos. O preconceito inclui a relação entre pessoas e grupos humanos (...) inclui a concepção que o indivíduo tem de si mesmo e também do outro (GOMES, 2005, p. 54).

Segundo Trindade (2008, p. 46), “o racismo não é natural, do ser humano, aprendemos a ser racistas, a reproduzir e produzir o racismo socialmente, logo, se é assim, também podemos aprender a não ser racistas, a não produzir e a não

reproduzir o racismo”. Aprendemos a ser racistas ao longo de nossa vida, com as interações sociais com as quais nos relacionamos.

## 1.2 O CHÃO DA ESCOLA E A DISCRIMINAÇÃO

Atualmente o governo tem trabalhado no interior dos currículos escolares temas voltados para a superação da discriminação, do preconceito e exclusão social étnico-racial. Sendo assim, não teria lugar mais apropriado para se buscar uma resposta a problemática das relações sociais se não no interior das escolas.

Na grande maioria das vezes os estereótipos criados em relação ao negro se não criados, são reforçados na escola, onde muitas vezes o livro didático traz esses estereótipos, levando uma imagem negativa do indivíduo negro em seus impressos, com o qual o aluno negro tem que conviver. Portanto, se faz necessário repensar o que o livro didático propõe em relação a diversidade racial, reformulando novas imagens nas quais estabeleçam imagens positivas e igualitárias da diversidade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), vem complementar as orientações curriculares da LDB/96, quando propõe como tema transversal a Pluralidade Cultural, visando possibilitar o conhecimento do patrimônio étnico-cultural brasileiro, levando a reconhecer as qualidades de cada cultura, estimulando e enriquecendo a vivência do cidadão, repudiando e denunciando toda e qualquer forma de discriminação. Os PCNs podem oferecer importantes diretrizes político-educacionais como proposta curricular da escola, onde trabalhados em conexão com a LDB nos aspectos da valorização da diversidade étnico-cultural e eliminação das desigualdades raciais levará os temas transversais a se tornarem reflexivos, desde que nas escolhas dos livros didáticos estejam focadas a natureza ética dos textos, bem como a qualidade de informações contidas nos mesmos sobre o aspecto da diversidade humana.

Segundo (Souza; Batista,2010), quando a escola que não tem em seu projeto político pedagógico, conteúdos que contemplem a valorização do alunado negro acaba por contribuir com a negação de sua cultura através de seu silêncio.

Os estudos realizados pelas pesquisadoras Abramowicz (2006), Cavalleiro (2000 e 2001) e Gomes (2005 e 2006), também apontam que a escola, enquanto agente de transformação social, permite através de seu silêncio que culturas tais como a negra e a indígena

sejam negadas, contribuindo assim para o fracasso escolar de crianças negras e a construção de sentimentos de inferioridade. Esses aspectos podem ser percebidos quando a escola não traz no seu Projeto Político Pedagógico e no seu currículo conteúdos e elementos que façam os estudantes perceberem a existência e a valorização de culturas não-brancas, como exposições de fotografias, cartazes com imagens de pessoas negras ou leituras de histórias que não mostrem os negros apenas na perspectiva escravocrata ou abolicionista (SOUZA; BATISTA, 2010, p. 2).

A sociedade muitas vezes taxa o negro como um indivíduo sem prestígio, valor, destinado ao mundo do crime, diminuindo e até mesmo exterminando sua autoestima.

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina ao negro, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo [...] é um desafio muito grande. Será que, a escola está atenta quanto essa questão? Será que as escolas tem pensado nessa realidade e investindo no processo de formação do professor quanto essa temática? trabalham a importância da diversidade cultural na escola? (GOMES, 2003, p. 171)

Não se trata aqui de culpar a prática de professores ou da escola, o que se discute é se a realidade hoje já tem alcançado algum avanço quanto este assunto, não cabe aqui julgar o professor, mesmo porque ele também pode ser vítima de uma sociedade que já impregnou em si o preconceito racial, o que sustenta essa hipótese é a fala de Eliane Cavalleiro (2006).

Em pesquisa realizada com profissionais de creches e pré-escolas, aponta a existência de práticas racistas discriminatórias nas relações interpessoais-adulto/adulto e adulto criança. Para a autora é necessário uma discussão a respeito da temática étnica no campo da educação infantil, pois não há diretrizes para orientá-la. A pesquisa indica também uma estreita relação entre a precariedade dos equipamentos materiais e humanos- e o uso significativo destes pela população negra”. (Oliveira (1994) apud Cavalleiro, 2003, p. 36).

Muito se tem trabalhado em relação a discriminação e o preconceito racial, atualmente se estabelece leis que favorecem a população negra, instituindo a igualdade, defesa de seus direitos, tentando combater toda forma de discriminação ou intolerância étnica racial. No decorrer dos séculos observa se que essa visão tem se modificado, e com isso tem garantido o direito igualitário a todos,

independentemente de sua raça, cor de pele, posição social, ou outras características.

Segundo Estatuto da Igualdade Racial Art. 2º estabelece que:

É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais (BRASIL, 2010, p 28.)

Enfim chegamos ao ponto culminante dessa pesquisa, tanto a Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases, Estatuto da Igualdade Racial entre outros vem garantir o direito do cidadão quanto a igualdade em todas as áreas no que tange o indivíduo como cidadão.

Nesse sentido destaca se a educação, sendo ela a base de uma sociedade mais justa e igualitária, através da mesma o indivíduo tem autonomia para se posicionar na sociedade, fazendo ser respeitados seus direitos e respeitando os direitos do próximo.

A Constituição Federal de 1988 no Art. 205 que diz: A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento do indivíduo.

Partindo desse pressuposto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Lei nº 9.394/96. Art. 1º diz que: A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Nessa perspectiva, pesquisas sobre ações afirmativas e o papel de movimentos negro crescem apontando relevância para o social, onde as lutas pela garantia de direitos acendem apresentando um marco para a sociedade, como o caso das Núcleos de estudos Afro-brasileiros (NEABs), que são responsáveis pela formação e divulgação de estudos pioneiros sobre a trajetória do negro. Nesse sentido Veiga-Neto (2012) afirma que “é preciso descer aos porões para o enfrentamento de forma racional, dos fenômenos sociais e educacionais, naturalizados nos espaços sociais e pela escola”.

A NEAB “é um espaço de estudos e pesquisas que tem como delegação o suporte referente a formação de professores, a elaboração de material didático, a mobilização de recursos, ” (BRASIL, 2009, p. 46) entre outras funções, sendo responsável pela promoção, produção e disseminação do conhecimento através do ensino, pesquisa e extensão, de políticas de diversidades étnico racial, valorizando a igualdade social.

O PCNs também vem compor de forma a somar com a superação das desigualdades étnico racial, uma vez que, trabalhada em vinculação com a LDB traz orientações curriculares nos aspectos de valorização da diversidade étnico cultural e eliminação das desigualdades raciais.

A Lei 10.639/03 que surgiu no ano 2000, fruto de lutas do Movimento Negro e organizações antirracista, conquistou através da obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de ensino fundamental e médio, a implementação no currículo escolar o ensino aprofundado da cultura e história da cultura africana e afro-brasileira, essa lei compõe um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural (BRASIL, 2009).

Interpretada como um instrumento de combate às desigualdades Munanga (2005) vem dizer que: “não existe leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes estas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas” (MUNANGA, 2005, p. 17).

Eliane Cavalleiro (2006) nos fala da postura do educador para uma educação não racista, onde elenca algumas características:

1. Reconhecer a existência do problema racial na sociedade brasileira.
2. Buscar permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar.
3. Repudiar toda e qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar, cuidar para que as relações interpessoais entre adultos e crianças negras e brancas sejam respeitadas.

Sendo assim, essa pesquisa busca compreender as seguintes questões: a escola atualmente está se preocupando com a questão étnico racial dentro da instituição de ensino e quais os benefícios que a visão docente em relação as

questões étnicas traz para a educação? E a realidade das questões étnicas raciais dentro das instituições.

No próximo capítulo irei apresentar uma pesquisa de campo e a partir das informações recolhidas, iremos perceber ou não as práticas de racismo pelos professores.

## **CAPÍTULO II**

### **A REALIDADE ENCONTRADA**

Situada na cidade de Uruaçu-Goiás, a Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum, criada pela Lei N° 869/95 e Resoluções CEE 527/96 – CEE 060/97, que há mais de 20 anos serve à população Uruaçuense, está localizada na Rua W06, com W08 e W11, Setor Parque Paraíso próximo a BR 153, em um setor mais afastado do centro da cidade, na região mais periférica da cidade localizada em uma região onde a comunidade apresenta baixo poder aquisitivo, sendo vistos como uma comunidade marginalizada devido a associação de práticas criminosas exercidas por alguns moradores da região, no geral apresenta se como uma comunidade muito carente.

Atualmente a escola conta com um quadro de sete professoras efetivos, três professoras de apoio, duas coordenadoras, uma diretora, uma merendeira, uma auxiliar de serviços gerais, uma secretária administrativa e dois guardas noturnos, totalizando 18 funcionários em efetivo trabalho.

Composta por dois pavilhões, sendo dividido em cinco salas de aula, sendo que no turno matutino funcionam o 3º, 4º e 5º ano, e no turno vespertino o Jardim I, Jardim II, 1º e 2º ano, atende a 161 alunos no geral, atendendo a Educação Infantil e a primeira fase do Ensino Fundamental.

O instrumento adotado para levantar os dados necessários para este estudo se deu em forma de questionário semiestruturado, contendo vinte (20) questões entre elas questões fechadas de múltipla escolha e uma questão aberta para ser discursada. O questionário proposto objetivou verificar desde a formação à concepção do professor em relação às questões éticas raciais. O questionário foi aplicado da seguinte forma: com uma prancheta o aplicador do questionário nesse caso a acadêmica produtora da monografia acompanhou o professor fazendo a

leitura das questões para que o mesmo marcasse em sua lauda a resposta adequada segundo o seu pensamento.

A escola conta com um corpo docente de dez (10) professores em exercício da função, entre efetivos e contratados pela instituição, onde destes, oito (8) responderam ao questionário.

Dos oito professores (as) que participaram do questionário, cinco deles são graduados em Pedagogia e sete deles fizeram pós-graduação, mas nem um deles especializou-se nas áreas que contemplem as questões étnicas raciais ou sociais, sendo assim, 90% do colegiado desta instituição deu continuidade em sua formação acadêmica em áreas distintas.

A escola atende a Educação Infantil e a primeira fase do Ensino Fundamental, destes professores participantes os oito atuam na primeira fase do Ensino Fundamental e dois deles trabalham com a Educação Infantil em turno diferente em outra escola.

Diante das informações colhidas de acordo com o questionário respondido 5 desses professores atuam na educação a mais de onze anos e outros 3, entre um e cinco anos, sendo assim, é notória que a maioria dos professores possuem em termo de tempo de experiência profissional uma temporada bem expressiva no âmbito educacional.

Foi questionado aos professores se durante o curso de magistério ou graduação foi ofertado a ele algum curso ou disciplina com ênfase nas questões étnicas raciais, dentre eles 63% relataram ter sido ofertado a oportunidade de conhecimento na área das questões étnicas raciais, 38% deles disseram não ter sido ofertado essa oportunidade, mas admitem ter participado de algumas formações voltada para a educação das relações étnicas raciais. Dessa forma todos os professores admitem que participaram de uma ou mais formação para a educação das relações étnico racial.

No sentido de diminuir a existência de tratamentos desfavoráveis que prejudica e magoa o indivíduo afrodescendente, em sua formação e construção enquanto sujeitos políticos e atuantes na sociedade, Santos (2001) afirma que trabalhar no ambiente escolar contra as ideologias que reforçam esse tipo de discriminação, significa instaurar novas formas de relação entre a criança negra, branca e afrodescendente, rompendo com o velho discurso eurocêntrico que foi instalado socialmente, promovendo situações de diálogo, questionamentos

favoráveis a uma vivência que permita a toda comunidade escolar “garantir e promover o conhecimento de si mesmo, no encontro com o diferente.” (Santos, 2001, p. 106).

Em dados levantados pela pesquisa, os professores consideram o ambiente escolar como o melhor lugar para se tratar das discriminações raciais, segundo professores questionados em sua maioria concordam que essas questões devem ser tratadas pedagogicamente pela escola, com exceção de uma professora que discorda, atribuindo aos movimentos sociais a responsabilidade de tratar as questões de discriminação racial, colocando a escola como um lugar não adequado à discussão dessas questões.

A Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história da cultura afro-brasileira e africanas nas escolas com o objetivo maior de superar o racismo na sociedade brasileira ao pôr em prática ações afirmativas votadas para esse fim, ainda que se apresenta aquém do esperado, sua aprovação tem causado impactos no meio escolar.

O MEC tem desenvolvido ações voltadas ao sistema de ensino para a formação de professores no âmbito da diversidade étnico racial, portanto, espera-se que os professores possam contribuir com os movimentos sociais no que se refere ao respeito à diferença. Sendo assim, foi questionado aos professores quanto a cultura afro-brasileira e africana como é estudada em sala de aula e como as situações de desigualdades e discriminação racial recorrentes na sociedade são percebidas. No geral, 7 dos docentes disseram que a cultura afro-brasileira africana é estudada como parte do povo brasileiro, da formação do povo brasileiro, quanto as situações de discriminação e desigualdades recorrentes na sociedade apontaram como instrumento de conscientização para os alunos contra toda e qualquer forma de injustiça social. Apenas 1 do colegiado associou a cultura afro-brasileira como parte do folclore brasileiro.

Para Cavalleiro (2006), diferença étnica tratada por intermédio do folclore associando o mês de agosto como melhor para trabalhar essas questões de cor, “torna mais complicado encontrar igualdade diante de tantos tratamentos desiguais”, ao trabalhar a história do saci Pererê colocando-o como um menino negro que tem uma perna só que faz travessuras, além de outras características do saci como o seu cachimbo, acaba por reforçar estereótipos preconceituosos associando ao negro características de um indivíduo que ao ser negro é travesso,

trama contra o outro é fumante, que acaba por levar para o lado de dependência química, tais características tão desiguais, ao contrário em vez de acabar com a diferença de tratamento desigual acaba dessa forma, por confirmar a existência de tratamentos diferenciados pautados na origem étnica.

A mesma professora que associou a cultura afro-brasileira como parte do folclore, referenciou às situações de desigualdades e discriminação racial como ponto de reflexão para os alunos que sofrem discriminação racial, atribuindo a si o dever de educar para que o indivíduo discriminado suporte o racismo e a discriminação, como se essas realidades fossem imutáveis, com a qual ele tenha que aprender a conviver.

Nesse sentido, Eliane Cavalleiro vem colocar a importância da escola em perceber o problema buscando estratégias para sua superação.

É necessário o papel da escola em perceber o problema e buscar estratégias para sua superação parece não ser considerado. A criança, [...] é apontada como aquela que deve, além de tudo, buscar meios de compreender tudo sozinha e elaborar um novo sentido para o seu pertencimento étnico. (CAVALLEIRO, 2006, p. 68)

Quando questionado sobre quando deve ser tratada a história e cultura afro-brasileira e o combate à discriminação racial na escola um percentual de 25% dos professores acreditam que esses assuntos devam ser tratados quando houver oportunidade que possibilite tratar o assunto, sem ficar tocando o tempo todo nesses assuntos para evitar conflitos, os outros 75% acreditam que tal temática deve compor o debate durante todo o ano letivo, levando a conscientização dos alunos quanto o tema.

Foi questionado também sobre as questões raciais se devem ser tratadas nas escolas e qual sua opinião quanto a isso.

Considerando que todos professores concordam que as questões étnicas devam ser tratadas nas escolas, na hora de justificar 50 % deles omitiram responder uns por não saber dizer porque, outros por não querer responder segundo os mesmos.

Dentre os professores que justificaram segue as respostas, considerando que foi dado o direito de preservar sua identidade, foram numerados os professores para que seus direitos de não serem identificados sejam respeitados.

“Sim”.

\_ “ Para que haja uma conscientização”. (Professor 1).

\_ “ Todas as pessoas precisam ser respeitadas”. (Professor 2).

\_ “ Pois quanto mais cedo trabalhar o cognitivo de uma criança um determinado assunto melhor fixara ao longo de sua vida”. (Professor 3).

\_ “ Não só na escola, como na família, para que as crianças tenham mais informação sobre as questões raciais”. (Professor 4).

Diante de respostas obtidas demonstra uma certa frieza e omissão do professor, quanto ao assunto. Em suma numa dessas respostas à professora falou que, o que respondeu ali era uma mentira, pois, se colocasse seu real pensamento iriam dizer que era preconceituosa e racista, pois ela acredita que essas questões não deveriam ser tratadas, pois quanto mais se fala mais difícil fica atribuindo ao negro que ele sempre se coloca de vítima nas questões, que não pode fazer uma brincadeira que eles já vêm falando que foi vítima de racismo.

Eliane Cavalleiro vem falar desse olhar que transforma a vítima em culpada, onde:

Por mais que tente ocultar, o problema étnico aparece no espaço escolar de modo bastante consciente. Os profissionais das escolas não se sentem responsáveis pela manutenção, indução ou propagação do preconceito. Mas, tendo em vista a realidade do problema, cria se, então, a necessidade de responsabilizar alguém pela sua existência. Nessa hora, as vítimas passam a ser as culpadas pela situação. (CAVALLEIRO, 2006, p. 67)

É unanime a consideração dos professores de que o racismo e a discriminação são um mal para a nossa sociedade, e também é compartilhada por todos a ideia de que a escola produz saberes que contribuem para a superação do racismo e discriminação na sociedade, sendo assim foi indagado quanto a formação do professor, onde ficou evidente que eles partilham do pensamento de que se faz necessário uma formação específica para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira, com exceção de uma professora que diz não ser necessário formação específica para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira. Sendo assim. foi questionado sobre o conhecimento da Lei 10.639/03, de um quantitativo de oito, quatro deles que representam 50% do colegiado dessa instituição diz desconhecer a lei e não ter ideia do que se trata, alguns fazem uma analogia de que é uma lei que vem dar vantagem ao negro, em conversa, uma professora disse se era aquela lei

que o aluno negro mesmo não tendo nota boa ingressa na faculdade por ser negro, se referindo ao sistema de cotas, numa tentativa de se explicar acrescentou que mesmo não conhecendo a lei não impede que os professores realizem atividades pedagógicas que abordem a valorização da cultura afro-brasileira e africana. Embora desconhecendo o conteúdo da Lei 10.639/03, seis dos docentes, consideram como um importante instrumento na superação do racismo e discriminação racial no Brasil, os outros dois não responderam.

Quando questionados se seria arriscado professores sem a devida formação, ao invés de trabalhar contra a discriminação reforça-la, obtivemos também dois professores que não acreditam que um professor sem formação adequada contribua com o reforço da discriminação, os outros seis acreditam que sem uma formação adequada nessas áreas pode sim ao invés de trabalhar para sua eliminação da discriminação reforça-la.

A Lei 10.639/03, resultado de lutas de movimentos sociais, que batalham por uma sociedade justa a todos e interpretada como um dos instrumentos de combate à desigualdade, quando colocada em debate às relações étnicas raciais em meio à comunidade escolar que muitas vezes não impacta a grande maioria dos envolvidos por não emergir como demanda, aspectos relevantes são trabalhados de formas diversas. Quando questionado sobre com que frequência os professores discutem o tema com os alunos em sala de aula cinco dos docentes descenderam que discutem o tema com seus alunos sempre, outros dois professores discutem o tema de vez em quando e por fim, um professor disse que discute o tema apenas na semana nacional da consciência negra, para evitar discussões em sala.

Quando Trindade (2008, p. 38) faz uma reflexão sobre racismo ela diz que se faz necessário que se reflita sobre o racismo, “para não o naturalizar e não negar sua existência, uma vez que, ao negar esta existência fatalmente acabamos por contribuir com sua perpetuação”, essa reflexão se torna urgente. Nessa perspectiva indagamos aos professores quanto a literatura trabalhada em sala, quando ele se depara com algum exemplar que reforça estereótipos raciais o que ele faz? Segundo sete dos professores, debatem com os alunos num esforço de fazê-los ter uma postura crítica do assunto, fazendo uma reflexão com os mesmos, e uma professora diz chamar atenção dos estudantes para o fato.

Finalizando o questionário foi indagado qual seria a melhor forma da escola estar contribuindo com a superação da violência racial. Segundo Trindade (2008, p.

46), “o racismo não é natural, não é intrínseco ao ser humano, às pessoas. Aprendemos a ser racistas, a reproduzir e produzir o racismo, logo, é assim, também podemos aprender a não ser racistas a não produzir e reproduzir o racismo”. Partindo desse conceito sete dos professores acreditam que a melhor forma de contribuição para superar essas práticas racistas seria debatendo adequadamente o tema, regularmente em sala de aula ou em qualquer outro lugar, apenas uma professora acredita no silêncio como forma de contribuir com a superação do racismo discriminação e preconceito, segundo a mesma : “se não se fala sobre não gera discussão”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as observações realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, comparando-as com o ideal educacional num cenário que venha favorecer a conscientização das relações étnicas raciais no ambiente escolar, a análise dos dados apontam um número significativo dos docentes que desconhecem ou têm conhecimento superficial no que se refere à educação para as relações étnico racial nas escolas.

Dessa maneira, tendo a escola como ambiente de formação de indivíduos que busca a formação cidadã integral e plena, tornou-se necessário uma reflexão acerca do papel do professor nesse ambiente, que é não de apenas depositar conteúdos afim de que o alunado assimile o proposto, mas também de desenvolver nestes uma postura reflexiva do que se aprende. Assim, promove-se uma formação que possibilita transformar a realidade vivida atualmente no âmbito das relações étnico-sociais.

Nesse caso, a pesquisa desenvolvida mostrou a necessidade de investimento na formação continuada do professor, uma vez que ele representa um papel fundamental nesse processo de conscientização das diferenças, sejam elas, raciais, culturais, econômicas, entre outras, levando o respeito às diferenças culturais existentes na sociedade e no meio escolar.

Nesse contexto de promoção de discussões e debates sobre as múltiplas culturas e etnicidades presentes nas escolas, bem como também a pauta da formação de professores conscientes acerca da necessidade do papel que desenvolvem nas salas de aula no sentido de promover uma educação igualitária, a lei 10.639/03 representa um marco na história da educação no Brasil.

Professores exibem um tempo expressivo de prática pedagógica, porém, apresentam pouco avanço no que se refere às questões étnico-raciais, quando observado a questão que indaga sobre o conhecimento da Lei 10.639/03 é preocupante que 50% dos docentes dessa instituição desconheça o teor da mesma, sendo assim, fica uma reflexão: se não sabe do que se trata, como está sendo trabalhado a historicidade e cultura africana e afro-brasileira no espaço escolar?

A realidade apresentada pela escola não se distingue dos materiais bibliográficos estudados durante a construção desse trabalho, pois ao ir à escola

campo, notou-se, por meio de questionário dialogado com professores atuantes daquela instituição, que há um despreparo dos mesmos para abordarem a temática do ensino da História Africana e Afro-brasileira no cotidiano escolar. Uma vez desconhecida pelos docentes da área da educação, a lei não se efetiva nas práticas educativas, legitimando assim a continuidade de posturas desiguais e discriminatórias no sentido da promoção da diversidade.

O silêncio como meio de superação do racismo defendido por alguns professores confirma a necessidade urgente do desenvolvimento de cursos e formações para o corpo docente da escola. Considera-se, por fim, a necessidade alarmante para o surgimento de novas propostas educacionais e formativas pautadas no reconhecimento, resgate e valorização da cultura Africana e Afro-brasileira no cenário educacional, pois o reposicionamento frente aos problemas raciais entre a comunidade escolar possibilita aos alunos conhecerem a existência de diferentes grupos étnicos e desenvolver posturas voltadas ao respeito e valorização dos mesmos. Embora digam que não existe lei no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes na cabeça das pessoas, acredita-se que através do conhecimento, seja capaz de mudar concepções que foram pré-estabelecidas em um dado momento sem o devido conhecimento verídico dos mesmos. MUNANGA (2005).

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWICZ, A. **Trabalhando a diferença na educação infantil**. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, E. **Raça conceito e preconceito**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BATISTA, M.H. **Ausência da construção da identidade racial da criança negra no contexto escolar**. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/>
- BRASIL. LEI 12.288. 2010, de 20 de julho de 2010 Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF, 2015. Disponível em:  
[http://www.secretariadada.go.gov.br/mulher/wpcontent/uploads/2016/09/estatuto\\_igualdade\\_racial\\_4ed\\_reimp.pdf](http://www.secretariadada.go.gov.br/mulher/wpcontent/uploads/2016/09/estatuto_igualdade_racial_4ed_reimp.pdf). Acesso em 02/09/2016.
- BRASIL. Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Ministério da Educação Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/LEIS/2003/L10.639.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/2003/L10.639.htm#art1). Acesso em: 02/09/2016.
- BRASIL. Lei nº 9.394/96. de 24 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 10/09/2016.
- CARNEIRO, T. **O Racismo na História do Brasil**. 8. ed. São Paulo: Ática. 1996.
- CAVALLEIRO, E. **Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto. 2006.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação, raça e gênero: relações imersas na alteridade**. Cadernos Pagu. São Paulo, n. 6-7, p. 67-82, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In: BRASIL. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal no 10.639/03. Brasília, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Coleção Educação para todos. Brasília: 2005. 236 p. p. 39-62.
- GOMES, Nilma Lino. **Identidade Negra e Formação de Professores: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, São Paulo: 2003.
- LOPES, Vera Neusa. **Racismo, Preconceito e Discriminação**. In: MUNANGA, Kabengele (org.) **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisitada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- MUNANGA, Kabengele. (Org.). **Superando o Racismo na escola**. 2ª edição revisitada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.
- \_\_\_\_\_. Educação, identidade negra e formação de professores (as): um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. Educação e Pesquisa. São Paulo: v. 29, nº. 1, 2003, p. 167-182.

\_\_\_\_\_. A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03. In: MOREIRA, Antonio Flávio; CANDAU, Vera Maria (Org.) Multiculturalismo. Diferenças Culturais e Práticas Pedagógicas. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011. p. 67-89.

OLIVEIRA, Eliana. Glossário. In: PONPEU, Fernanda (edição e entrevista). **Os efeitos psicossociais do racismo**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Instituto AMMA Psique e Negritude. 2008.

PARÉ, Marilene Leal. **Auto-Imagem e Auto-estima na Criança Negra: um Olhar sobre o seu Desempenho Escolar**. Porto Alegre, 2000. Dissertação. [mestr.] PUC-RS. Educação.

SOUZA, E. A. **Reflexões sobre a educação infantil e as relações raciais: como pensam e agem as professoras sobre essa temática?** Disponível em: <http://sitiopesquisaucab.blogspot.com.br/2011/11/educacao-infantil-e-relacao-infantil.html>

SANTOS, R, Joel. **O que é racismo**. São Paulo: Brasiliense.1983.

TRINDADE, Azoilda Loretto. **O racismo no cotidiano escolar**. In: BARROS, José Flavio Pessoa; OLIVEIRA, Luis Fernandes de (Orgs.). Todas as cores na educação. Contribuições para uma reeducação das relações étnico-raciais no ensino básico. Rio de Janeiro: Quartet-FAPERJ, 2008.

VEIGA-NETO. Alfredo. **É preciso ir aos porões**. Revista Brasileira de Educação.v.17n.50,maio-ago.2012 Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v17n50/v17n50a02.pdf>. Acessado em 21/010/16.

## APÊNDICES

Esta pesquisa objetiva produzir um trabalho de conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Pedagogia. Nossa intenção é perceber em que medida o tema da educação para as relações étnico raciais é percebido na Escola Municipal Vilanir de Alencar Camapum.

### Questionário de pesquisa

1. Nome:( poderá optar por não se identificar)

---

2. Formação:

- Magistério;
- Pedagogia;
- Outro.

Qual ? \_\_\_\_\_

- Pós-graduação (especialização);
- Mestrado;
- Doutorado.

3. Você leciona no (a):

- Ed. Infantil;
- Ens.Fundamental-1ª etapa (1º ao 5º ano).

4. Tempo de magistério:

- 1 a 5 anos;
- 6 a 10 anos;
- 11 a 20 anos;
- 21 a 35 anos.

5. Durante seu curso de magistério ou graduação, você fez alguma disciplina ou curso com ênfase nas questões étnicas raciais?

- Sim.
- Não.

6. Participou de alguma formação voltada para a educação das relações étnico raciais:

- Palestras;
- Seminários;
- Disciplinas;
- Mine curso;
- Especialização;
- Mestrado;
- Doutorado.

7. A discriminação racial deve ser tratada:

- Pedagogicamente pela escola;
- Pelos movimentos sociais;
- Quando acontecer algum caso na escola;
- Pela polícia e o judiciário;
- Pelo movimento negro.

8. A história dos africanos e seus descendentes no Brasil, assim como a cultura afro-brasileira é estudada:

- Como parte do povo brasileiro;
- Integra apenas o universo dos descendentes de africanos;
- Como parte do folclore brasileiro.

9. As situações de desigualdades e discriminação racial recorrente na sociedade são:

- Pontos para reflexão com os alunos.
- Pontos de reflexão para os alunos que sofrem discriminação racial;
- Instrumento de conscientização para os alunos contra toda e qualquer forma de injustiça social.
- Um meio para combater a discriminação racial no Brasil.

10. Acredita que história e cultura afro-brasileira e o combate à discriminação racial devem ser abordados na escola:

- No dia da Abolição da Escravatura.
- Quando houver oportunidade que possibilite tratar o assunto.
- No dia da Consciência Negra.
- Não deve ser tratado.
- Deve compor o debate durante todo ano.

11. Você acha que as questões raciais devem ser tratadas na escola?

- Sim.
- Não.

Justifique:

12. Você considera que o racismo e a discriminação são um mal para a nossa sociedade?

- Sim.
- Não.

13. A escola deve se produzir saberes que contribuam com a superação do racismo e da discriminação na sociedade

- Sim.

Não.

14. Você concorda que professores/as precisariam de uma formação específica para ensinar sobre a história e cultura afro-brasileira?

Sim.

Não.

15. Conhece a Lei 10.639/2003?

Sim.

Não.

16. Considera a Lei 10.639/2003 um importante instrumento na superação do racismo e da discriminação racial no Brasil?

Sim.

Não.

17. Seria arriscado os professores, sem a devida formação, ao invés de trabalhar contra a discriminação, reforça-la?

Sim.

Não.

18. Você discute esse tema com seus alunos?

De vez em quando;

Quando ocorre algum ato de discriminação na escola;

Na semana nacional da consciência negra;

Sempre;

Nunca.

19. Quando se depara com alguma literatura que reforça estereótipos raciais você:

- Ignora para evitar polêmicas;
- Chama a atenção dos estudantes para o fato;
- Descartar o livro;
- Debate com os alunos num esforço de fazê-los ter uma postura crítica sobre o assunto.

20. Considera que a melhor forma de a escola contribuir com a superação da violência racial é:

- Debatendo adequadamente o tema;
- Silenciando sobre o assunto.

**ANEXO**